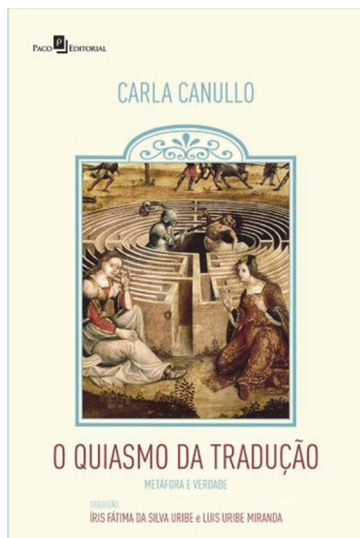


Reseña de “O quiasmo da tradução. Metáfora e verdade”

DOI: 10.5281/zenodo.4890843



Carla CANULLO

Paco Editorial,

Trad. Íris Fátima da Silva Uribe e Luis Uribe Miranda

2021 404 páginas.

Jundiaí São (SP), Brasil

ISBN: 978-85-462-1999-5

O que acontece quando se traduz? Essa é a pergunta central para a qual a filósofa Carla Canullo ocupa-se em apresentar uma resposta. Assim, o acontecimento da tradução, enquanto quiasmo é oferecido aos leitores como uma fonte renovada de exposição do pensamento

sobre o tão almejado e nunca conquistado ‘eldorado’ da filosofia, que já assumiu tantas e diferentes formas na tradição, antes e sobretudo desde Heidegger. A contribuição decisiva de Canullo para uma filosofia da tradução é, portanto e de fato, uma contribuição à filosofia per si, ao instrumentalizar a questão da tradução a serviço da questão da verdade e do sentido, o que ela faz para além da linguística, para além da cultura, ou seja, no âmbito do questionamento existencial mais puro; um exercício de pensar não simplesmente o que se diz, mas fundamentalmente como opera-se a possibilidade do dizer, no dizer do outro, ao outro, por um outro.

O percurso escolhido por Canullo para exposição desse questionamento é bastante oportuno e sensível para com o papel que a filosofia ocidental ainda pode querer tentar ocupar no nosso presente. Ela investiga a tradução no contexto de sua relevância para o pensamento filosófico já a partir de uma perspectiva atualizada, ou seja, essa que insere na discussão novas possibilidades: pós-hermenêutica, pós-

fenomenologia e pós-epistemologias tradicionais, em vez de ancorá-la e prendê-la infrutiferamente ao discurso filosófico da primeira metade do séc. XX. Portanto, sua investigação sobre o *como* da tradução, a tradução como acontecimento, já tem em seu favor a escolha do ponto de partida, esse “depois da *Koiné*” que abre mão do totalitarismo da tradição para tirar proveito, com essa suspeita, de um espaço de tempo e de ação onde ainda possa fazer sentido qualquer questionar filosófico. Isso, porém, em nada sugere um rompimento com a herança do pensamento ocidental, caso esse rompimento seja mal interpretado como extirpação do seu passado glorioso.

Ao introduzir, por exemplo, a perspectiva do alemão Günter Figal (que até muito recentemente ocupava, até pedir resignação, a cadeira de Martin Heidegger em Freiburg), acerca da “objetualidade”, Canullo revela logo de início suas afinidades de pensamento, antecipando assim o primeiro caminho que o livro irá tomar: a consideração da revisão do objeto da hermenêutica. Nela, o texto é algo diferente do objeto simplesmente dado, sendo essa portanto, a chave, a própria condição de possibilidade para a formulação da tese da autora. Afinal, segundo essa perspectiva, é necessário reenquadrar o caráter objetual do texto para que seja possível conferir à tradução o status de acontecimento privilegiado para a filosofia. O segundo viés de introdução do tema é, muito apropriadamente, o histórico, pois também faz-se necessário oferecer ao leitor uma compreensão do percurso através do qual a tradução se ‘des-regionaliza’ e extrapola o âmbito das coisas da vida, realçando a copertença de hermenêutica e tradução, e também a diferença entre tradução e interpretação, fundamental para o recorte e enquadramento do seu objeto de estudo. Ora, se quem traduz não meramente interpreta (ou senão, não primariamente interpreta), que movimento se instaura na tradução? Essa seria talvez uma das mais provocativas considerações da primeira seção do livro, que vai culminar na abordagem da ‘traduzibilidade’, “porque traduzir significa transitar e levar de um lugar ao outro, assim como a metáfora, cujo transporte se diz em latim *tra(ns)ducere*, significa trazer *mais* sentido” (p. 87). Paralelamente, intransitividade do ‘próprio’ do sentido é pois o que se revela no acontecimento da tradução e, por conseguinte, revela também o caráter mediador do tradutor, que existe nessa condição. O próprio e a condição própria do humano vão se mostrar nesse “entre” (p. 90), diversas vezes aludido pela autora, mas como bem mostrado em seu modo essencial de movimento constante, no qual o “ser na mediação” (p. 91) é uma condição de passagem. Finalizando essa primeira seção, fica, portanto, exposta não somente a pertença da questão da tradução à filosofia, mas sobretudo à pertença da tradução como questão existencial,

sem, contudo, que tenha sido necessário extirpá-la do seu domínio (literatura, ciências sociais, etc.), pois eis que este constitui fundamentalmente o domínio do ser humano – tradução: condição humana.

No segundo momento, intitulado *No labirinto da tradução*, a autora aborda minuciosamente todo o universo de questionamento científico acerca da tradução, o que ela sintetiza com propriedade como ‘pólemos da tradução’. O foco primário está na discussão dos valores de traduzibilidade, nas propriedades de forma e de sentido transferidas ou não da língua fonte para a língua de destino, ou seja, na famosa questão da equivalência per si. Num pensamento apoiado no trabalho de outra filósofa italiana certamente pouco conhecida no Brasil, Francesca Ervas, especificamente em sua obra sobre o mito da equivalência na tradução, Canullo retira dessa análise outro ponto-chave para o desenvolvimento de sua tese: esse processo, ato de questionar, constitui propriamente a reflexão sobre o traduzir, ou seja, o seu “lado filosófico” (p. 133). No outro extremo da questão está, consequentemente, a questão da intraduzibilidade, e os dois pontos compõem o universo mitológico da tradução ao qual estamos acostumados a discutir, que ora pressupõe ou mesmo exige a garantia totalizante da passagem de um para outro, ora preserva o mistério da pressuposição de que há algo que não pode ser jamais fazer essa passagem, ser transposto para o outro. Nesse espaço de tensão – e não é nenhuma surpresa que o intraduzível tenha por décadas encantado filósofos, eternamente atraídos pela secretividade do que está para além das palavras – a autora trata de excluir da equação a equivocada confusão com a questão da “indeterminação” (p. 136) na tradução.

O interessante neste ponto é descobrir na leitura que o mito do intraduzível tem a acrescentar à questão, em vez de somar-se à leva de considerações mistificantes e de signos fechados de seus antecessores. A saída está precisamente na constatação de sua positividade, em vez de negatividade, de nele estar “*o coração polêmico da tradução*” (p. 145), pois não significa o que não pode ser traduzido e se a força que exige outro modo de dizer, que não o mesmo, sem, no entanto, negar a equivalência, mas lançado e entregue à diferença, demonstra a “inexauribilidade” (145) da tarefa da tradução. Outros autores vão se juntar nesse capítulo, como Berman, Benjamin e Derrida, numa coletânea de metáforas (“integração”, “arcada”, “manto do rei”...), para o acontecimento da tradução que colaboram para o seu entendimento-chave da sua relação, essa exposta no *metaforal*, juntamente com a verdade, o que a autora formula como uma entrega de sentido constante que só a tradução opera. No

traduzir que porta uma verdade ao outro, revela-se, assim como na metáfora que visa alcançar o mesmo objetivo, o que se apresenta como o quiasmo da tradução, que a tradução é ela mesma esse quiasmo, esse ‘avesso do avesso’ o qual, portanto ilumina o sentido de verdade. Assim, no jogo de repetição e diferença, na repetição do texto que se deixa traduzir surgindo como o mesmo e o outro do outro, instaura-se o acontecimento: preserva-se o pólemos, mas, sobretudo, “faz vir à manifestação o que acontece quando a tradução entrelaça o texto para repeti-lo noutro lugar, e, sobretudo para repeti-lo em uma língua que não é aquela na qual foi escrito pela primeira vez” (p. 188). A autora conclui esse capítulo com uma ressalva sobre pensadores que ela reconhece certamente pertencerem a esse ‘labirinto da tradução’. É de se notar, todavia uma ausência sentida: Vilém Flusser, talvez o mais tradutor dos filósofos, peculiar não somente por traduzir a si mesmo, mas, essencialmente pela prática por ele aprimorada da ‘retrotradução’ à qual ele recorria conscientemente como meio de depuração e exercício de pensamento filosófico. É pena que Flusser tenha ficado de fora da seleção de Canullo, pois certamente teria contribuído de maneira especial, e talvez como nenhum outro às reflexões desta seção.

O terceiro capítulo do livro volta-se para o agente da tradução: *Quem traduz*. Obviamente, a resposta para esse quem é buscada para além do sujeito cartesiano, como de antemão adverte a autora ao relacionar sua discussão com aquela iniciada por Heidegger, seguida por Ricoeur e Greisch. O quem traduz é, portanto, não o núcleo estático diante do mundo, mas a multiplicidade de um si-mesmo em relação de co-pertença com o mundo, ou seja, ao modo do *Dasein* heideggeriano. Em Greisch, essa questão avança sob o signo da responsabilidade (ou melhor, dir-se-ia, responsabilização), a identificação imputável que atende pelo nome. Essa introdução à caracterização do ser na tradução é importante, pois define um rumo claro para o que a seguir surge mais explicitamente como “identidade oikológica” – recuperada de Rosenzweig, qual seja, um constituinte identitário de base espaço-temporal, um ponto de encontro de ‘quem’ e ‘onde’, mas que “não será só a identidade que habita e mora, mas a identidade que se constitui porque se descobre como si mesmo quando está “diante a”.” (212). Essa é a experiência feita pelo tradutor no quiasmo, uma espécie de confrontação que é ela mesma doadora de identidade; quem traduz surge no ato de se colocar como alguém diante outro. Se nesse já aludido processo de ‘passagem’ da tradução opera-se a identidade de quem traduz, então mesmo o metaforal aparece como caracterizador identitário, o metaforal é a terra-natal dessa identidade oikológica.

Essa contextualização territorial para a identidade oikológica levará consequentemente à discussão sobre pertença, ensaiada ao modo da tensão entre ‘hospitalidade’ e ‘inospitalidade’ da tradução. Aquilo que é acolhido em outra língua, o dizer de um transposto e recebido no outro, pode também resultar na exposição da impossibilidade do comum, na exacerbação dos contornos das diferenças culturais, dos diferentes modos de ser. Aqui o que pode ser visto de certo modo como uma discussão ética sobre a tradução, apoiada por Canullo num diálogo com Ricoeur e com Berman, se estabelece como ponto central em torno do quem, sua função moral de conferir justiça nessa passagem do outro, de acolhê-lo na palavra “ao invés de rejeitá-lo ou procurar dominá-lo” (p. 227). Tem-se a impressão de que quem traduz surge como uma eminência parda, sendo de fato difícil alcançar o pensamento proposto, considerando a impossibilidade existencial dessa intenção; é o que parece, no entanto, querer propor a ideia da *Bildung* alemã à qual a autora recorre nessa seção. Se de fato a tradução opera positivamente em prol do encontro ao outro e de estabelecer um encontro eticamente louvável, dado o romantismo da ideia, pode-se suspeitar, mas não é de todo irrelevante trazer à tona a questão ética, pois justamente uma caracterização de uma identidade oikológica não pode prescindir a um êthos – a discussão do bem torna-se um mal necessário: pois a tradução “acontece em alguém que acontece” (p. 266), e à filosofia deve ainda e sempre interessar o melhor do humano. Por fim, este capítulo encerra-se na ideia da intraduzibilidade, não como impossibilidade da tradução, mas como as infinitas possibilidades do que e quem é traduzido de receber novas atribuições e significados, isso que é a ação do metaforal na tradução.

A quarta e última seção *Metáfora e verdade – quiasmo da tradução* dedica-se finalmente a abordar como a tradução acontece. Depois da compreensão do metaforal no caráter da tradução e da verdade, essa que surge na identidade do quem traduz, resta, portanto à autora apresentar como esse “cruzamento” opera o que ela, então, propriamente nomeia de quiasmo. A verdade manifesta na tradução seria algo efêmero, que desvanece tão logo o quiasmo se põe; verdade aqui entendida não ao modo do que se afirma como verdade, mas do que se confirma para alguém, ou seja, vigora no âmbito do quem, esse mesmo que traduz. Essa noção de verdade estabelece, portanto, o critério essencial no qual a questão da verdade não pode ser respondida em propriedade, mas como experiência, eventuação, acontecimento, revelação, ou quaisquer alusões temporais que lhe possam ser feitas. Ela é *transformadora*, pois acontece para alguém, expõe-se para além do sentido de

correção, razão. Essa verdade transformadora ou o seu caráter transformador é o que permanece após o acontecimento da tradução, nas entrelinhas do dito, enquanto pluralidade de sentidos trazidos à luz na tradução que diz o mesmo em outras palavras.

O metaforal, por sua vez, é o caráter da tradução no qual evidencia-se seu movimento de ser passagem, ser portadora de transferência de sentidos. O transportar realizado na metáfora não é, porém, algo ao qual ela possa ser reduzida; o metaforal diz respeito muito mais à possibilidade do transporte, essa condição que sendo existencial expõe finalmente a relevância da sua significação na questão da filosofia da tradução: estamos de fato no reino do ontológico. O metaforal da tradução representa o espaço de trânsito no jogo de possibilidades de sentidos. A distinção importante feita nesta seção entre metáfora propriamente dita e o metaforal da tradução, ou seja, o jogo do ‘entre’ palavras e coisas culmina com a ideia da “tradução revelativa” (p. 346). A tradução que opera “como” a metáfora não tem, no entanto, apenas uma função comparativa e explanativa, mas reveladora de novos sentidos: “a tradução é um deslocamento que produz mudanças e transformações, o que faz *porque a verdade se desloque nela*” (p. 350). Ela é “revelativa porque contém os traços da verdade que transforma revelando” (p. 353). A polissemia de sentido está no fato de que o texto da língua de destino sustenta possibilidades, “hospeda a palavra” texto da língua de origem, um acontecimento, conforme elaborado pela autora, o que ocorre “nos efeitos”.

Esse “nos efeitos” do acontecimento da tradução é justamente a efetuação desse caráter de verdade e caráter metaforal da tradução – inexaurível de sentidos, irreduzível, mesmo que apresente uma ‘versão’ do dito original e o abrigue enquanto repetição-diferença; isso é em síntese o que se pode compreender como “tradução revelativa”: “lá onde ela se traduz, é onde ela leva a própria capacidade transformadora *nos efeitos*; ou também: vai pôr à prova os efeitos de uma verdade capaz de transformar” (p. 358). Sem dúvida, ao culminar nesse entendimento da tradução como reveladora/abrigadora da verdade, para além de qualquer analítica científico-cultural, Canullo oferece aos leitores ao acontecimento da tradução a ser pensado como horizonte privilegiado de observação para a filosofia contemporânea. É impossível para qualquer um que se dedique a essa leitura, sobretudo alguém que traduz não projetar essa perspectiva do pensar sobre o fazer, sobre a prática da tradução, não se envolver na tentativa desafiadora de apreender esse instante

quiasmático, fugaz do acontecimento da tradução; uma ideia que comprova-se nessa obra de fato para além de quaisquer dialéticas instrumentalistas, pois muito embora diga respeito ao que acontece no movimento da palavra de origem à palavra de destino, demonstra com muita propriedade que tal travessia não leva a lugar nenhum, mas pairante, sustenta reveladoramente a abertura, verdade de ser.

Soraya Guimarães Hoepfner.

soraya.hoepfner@gmail.com

Tradutora técnica e literária e doutora em filosofia. Berlim-Alemanha.